



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUNA
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



DFD – DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Nº do DFD: 05/2024

11/04/2024

Setor / Unidade Requisitante (Unidade/Setor/Depto): Secretária Municipal de Assistência Social	
Responsável pela Demanda: Adiles Fatima Mariga de Taunay Gentil	
E-mail: assistenciasocial@jaguaruna.sc.gov.br	Telefone: 48 3624-2425
Responsável pela área (setor / unidade) requisitante: Adiles Fatima Mariga de Taunay Gentil	

1. Justificativa da necessidade da contratação de serviço ou aquisição de bens/materias, considerando o Planejamento Estratégico, se for o caso.

As normativas e regulamentações relacionadas à prestação de contas e utilização de recursos no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nos diferentes níveis governamentais (municipal, estadual e federal) representam uma das áreas mais complexas e desafiadoras da gestão socioassistencial. Assim como: Multiplicidade de normas e regulamentos: Em cada esfera governamental, existem diversas normas, leis, decretos e portarias que regulamentam a utilização de recursos e a prestação de contas no âmbito do SUAS. Essas normativas podem variar em detalhes específicos, como prazos, procedimentos e critérios de avaliação, o que aumenta a complexidade para os gestores e responsáveis pela execução dos serviços socioassistenciais.

Exigências técnicas e documentais: A prestação de contas no SUAS demanda um conjunto detalhado de documentos, relatórios e comprovantes que devem ser apresentados de acordo com as exigências de cada ente federativo. Isso inclui registros contábeis precisos, notas fiscais, relatórios de atividades, entre outros. O cumprimento dessas exigências requer conhecimento especializado em contabilidade pública e gestão financeira.

Rigor na fiscalização e auditoria: Os órgãos de controle, como os Tribunais de Contas, têm o dever de fiscalizar a aplicação dos recursos públicos destinados ao SUAS e podem realizar auditorias para verificar a conformidade das prestações de contas. Qualquer irregularidade ou omissão pode resultar em penalidades, como a suspensão de repasses financeiros, devolução de recursos e até mesmo processos judiciais contra os gestores e responsáveis pela gestão dos recursos.

Atualizações e mudanças nas normativas: As normativas e regulamentações relacionadas ao SUAS estão sujeitas a constantes atualizações e mudanças, seja por meio de novas leis, portarias ministeriais ou alterações nos procedimentos operacionais. Isso requer dos gestores e profissionais envolvidos uma constante atualização e acompanhamento das mudanças legais para garantir a conformidade e evitar penalidades por não cumprimento das exigências legais.

